

termo de fomento n: 014/2019

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE – SES/PE E A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – APAMI VITÓRIA, NA FORMA E CONDIÇÕES ABAIXO ESTABELECIDAS

O ESTADO DE PERNAMBUCO, por intermédio da SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE (SES/PE), com sede à Rua Dona Maria Augusta Nogueira, nº 519, Bongü, Recife/PE, CEP 50.751-530, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.572.048/0001-28, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representada por seu Secretário, Dr. **ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO**, portador da Cédula de Identidade nº 1326.943 SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob o nº 768.999.934-49, nomeado pelo Ato nº 005, publicado no Diário Oficial do Estado em 02/01/2019, residente e domiciliado nesta cidade do Recife e, do outro lado, a **ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – APAMI VITÓRIA**, situada na Rua Dr. José Augusto, nº 645, Bairro Matriz, Vitória de Santo Antão/PE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.683.174/0001-12, doravante denominada **PROPONENTE**, neste ato representada pela Dra. **MARIA DO SOCORRO ALVARES MATRIZ**, portadora da Cédula de Identidade nº 508.425 SDS/PE e inscrita no CPF/MF sob o nº 019.261.104-63, tendo em vista a Emenda Parlamentar nº 130/2018, do Deputado Estadual Joaquim Lira, para o Projeto de Aquisição de Equipamentos Bloco Cirúrgico/CME, bem como a instrução do Processo SIGEPE nº 38273/2019, **RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações e no Decreto Estadual nº 44.474/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto o repasse pela **CONCEDENTE** à **PROPONENTE**, de recursos financeiros, destinados à execução do **“Projeto de Aquisição de Equipamentos Bloco Cirúrgico/CME”**, de acordo com o Plano de Trabalho em anexo, que integra este Instrumento independentemente de transcrição.

1.2. Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

2.1. A **CONCEDENTE** obriga-se a nomear, através de Portaria publicada no Diário Oficial do Estado, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, bem como o(a) Gestor(a) do presente Termo de Fomento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1. OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

3.1.1. Promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela Proponente;

3.1.2. Acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as ações relativas à execução deste Instrumento, por meio da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Parcerias, instituída pela Portaria SES/PE, a ser anexada ao presente processo;

3.1.3. Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação durante a vigência do Termo, nos casos previstos no art. 75, do Decreto Estadual nº 44.474/2017;

3.1.4. Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;

3.1.5. Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial do Estado, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da respectiva assinatura;

3.1.6. Notificar a celebração deste instrumento ao Tribunal de Contas do Estado, por meio de encaminhamento do extrato da publicação no DOE à Gerência de Autarquias e Fundações, no prazo de até 5 dias úteis contado da referida publicação;

3.1.7. Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela Proponente;

3.1.8. Elaborar parecer sobre a prestação de contas da proponente, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado;

3.1.9. Prorrogar *de ofício*, a vigência do Termo, antes de seu término, quando der causa injustificada a atraso na liberação dos recursos financeiros, com a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado, consoante inciso IV, do art. 23, da Portaria SCGE nº 55/2013.

3.1.10. Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas, em ordem alfabética, pelo nome da organização da sociedade civil, por prazo não inferior a 5 (cinco) anos, contado da apreciação da prestação de contas final da parceria.

3.1.11. Divulgar pela internet os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos.

3.2. OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE

3.2.1. Responsabilizar-se pela execução do objeto deste Termo de Fomento, conforme Plano de Trabalho;

3.2.2. Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;

3.2.3. Permitir livre acesso do Gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da **CONCEDENTE**, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas, correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Instrumento, junto às instalações da **PROPONENTE**;

3.2.4. Manter os recursos repassados, obrigatoriamente, em conta específica, em conformidade com o plano de aplicação de recursos apresentado em sua proposta;

3.2.5. Manter o arquivo individualizado de toda documentação comprobatória das despesas realizadas em virtude deste Termo e durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas;

3.2.6. Responder pelos danos causados a terceiros por suas ações ou omissões, na execução deste Instrumento;

3.2.7. Inserir cláusula, nos contratos celebrados para execução do Termo, segundo a qual o contratado deve conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo;

3.2.8. Identificar o número deste Termo de Fomento no corpo dos documentos da despesa, necessário inclusive à prestação de contas a ser entregue no prazo, à **CONCEDENTE**;

3.2.9. Divulgar este Termo de Fomento em seu sítio na internet, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento e do Órgão **CONCEDENTE**, descrição do objeto, valor total, valores liberados, e situação da prestação de contas;

3.2.10. Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;

3.2.11. Não aplicar Taxa de Administração ou despesas administrativas como condição para a execução do objeto;

3.2.12. Divulgar, em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019, de 2014;

3.2.13. Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho e ressarcir os saldos remanescentes decorrentes das aplicações;

3.2.14. Emitir relatórios referentes à execução física e financeira do Plano de Trabalho, em correspondência com o plano de aplicação dos recursos financeiros e com o cronograma de desembolso aprovado, bem como de prestar contas de sua execução;

3.2.15. Manter, durante toda a execução do Termo, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições para a celebração previstas no Decreto nº 44.474/2017;

3.2.16. Efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da entidade, para aquisição de materiais e serviços em consonância com o Decreto nº 44.474/2017;

3.2.17. Manter-se adimplente com o Poder Público concedente, naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;

3.2.18. Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

3.2.19. Comunicar à **CONCEDENTE** a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto;

3.2.20. Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, XIX e XX, Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015.

3.3. OBRIGAÇÕES DO GESTOR DA PARCERIA

3.3.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

3.3.2. Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

3.3.3. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 75 do Decreto nº 44.474/2017;

3.3.4. Emitir parecer técnico para avaliação dos efeitos da parceria, em relação às prestações de contas anuais e final;

3.3.5. Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

3.3.6. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, quando houver;

PARÁGRAFO ÚNICO – É de responsabilidade exclusiva da **PROPONENTE** o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da **CONCEDENTE** a inadimplência da **PROPONENTE** em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

4.1. As contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública, deverão observar os princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade, de acordo com regulamento de compras aprovado;

4.2. Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre a **CONCEDENTE** e o pessoal que a **PROPONENTE** utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Instrumento;

4.3. É vedada à organização da sociedade civil celebrar contrato ou convênio com pessoa impedida de receber recurso público estadual ou federal.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR, MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O valor total do presente Termo de Fomento é de **R\$100.000,00 (cem mil reais)**, a ser repassado pela **CONCEDENTE** à **PROPONENTE**, de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

5.2. As obrigações financeiras decorrentes do presente Termo ficarão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

FONTE DE RECURSOS: 0101000000

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 00208

AÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO: 10.122.0902.4553.EGHT

NATUREZA DA DESPESA: 4.4.50.42

NOTA DE EMPENHO N.º: 2019NE012535, de 23/10/2019

VALOR: R\$100.000,00

5.3. A movimentação dos recursos acima indicados far-se-á exclusivamente na Conta Corrente nº 63.900-1, Agência nº 0233-X, do Banco do Brasil, e aplicados em conformidade com o Plano de Aplicação de Recursos previsto no Plano de Trabalho apresentado.

5.4. As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas segundo a Lei de

Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

5.5. Os rendimentos financeiros dos valores aplicados poderão ser utilizados pela **PROPONENTE** desde que não haja desvio de finalidade do objeto, dentro das condições previstas neste instrumento e desde que haja expressa autorização do **CONCEDENTE**.

5.6. A **PROPONENTE** deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.

5.7. A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a **PROPONENTE** a participar de novos Termos de Fomento, acordos ou ajustes com a Administração Pública Estadual.

CLÁUSULA SEXTA – DOS BENS REMANESCENTES

6.1. Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos da parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

6.2. Os bens remanescentes serão gravados com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese da extinção da parceria.

6.3. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto neste termo e na legislação vigente.

6.4. Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados à continuidade da execução do objeto previsto neste termo, sob pena de reversão em favor da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

7.1. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. O gestor da parceria emitirá Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação do presente termo de fomento e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

8.2. A elaboração do Relatório Técnico deve obedecer aos requisitos constantes no §1º, do art. 75, do Decreto nº 44.474/2017.

8.3. O Relatório Técnico previsto no item 8.1 somente será obrigatório caso a parceria tenha vigência superior a 1 (um) ano.

8.4. Na hipótese de não execução ou má execução de parceria em vigor ou de parceria não renovada, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, a

administração pública poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I - extrato da conta bancária específica e exclusiva;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

9.2. Cada prestação de contas parcial deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento da parcela de recursos pela organização da sociedade civil, e, a final, deverá ser apresentada no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria.

9.3. A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública se dará no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a entrega da prestação de contas final pela organização da sociedade civil.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

10.1. Este Instrumento terá seu prazo de 06 (seis) meses, contados a partir da assinatura do Termo de Fomento, podendo a vigência ser prorrogada para cumprir o plano de trabalho, mediante termo aditivo, por solicitação da OSC, devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.

10.2. A Administração Pública Estadual prorrogará “de ofício” a vigência deste Termo de Fomento, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RECISÃO E DA DENÚNCIA

11.1. O presente Termo de Fomento poderá ser:

i) Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção.

ii) Rescindido, pela **CONCEDENTE**, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
- d) Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial; e
- e) Por superveniência da lei ou de qualquer outro ato equivalente que o torne material ou formalmente impraticável ou por razão relevante e excepcional interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

12.1. Este Termo de Fomento poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, desde que não seja modificado seu objeto ou as suas metas, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias em relação à data do término da execução, para apreciação da **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas instituídas pelo Decreto Estadual nº 44.474/2017 e da legislação específica, a **CONCEDENTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a **PROPONENTE** as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a **CONCEDENTE**, que será concedida após o ressarcimento a administração pública pelos prejuízos resultantes e decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As sanções estabelecidas nos incisos II e III, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução deste Termo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Aplicam-se os dispositivos, no que couber, da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto nº 44.474/2017 que não foram mencionados neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

15.1. A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução, do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. - As partes convenientes elegem o Foro da Cidade do Recife, Comarca da Capital do Estado de Pernambuco, como o competente para dirimir as questões suscitadas na execução deste Termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

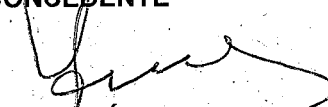
16.2. Obrigam-se as partes, na solução de dúvidas decorrentes da execução da parceria, a estabelecer prévia tentativa de solução administrativa, com a participação direta da Procuradoria Geral do Estado.

E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Recife, 18 de dezembro de 2019.



ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
SECRETARIO
SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE
CONCEDENTE



MARIA DO SOCORRO ÁLVARES MATRIZ
ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
- APAMI VITÓRIA
PROPONENTE

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF/MF: _____

2. _____
CPF/MF: _____

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano XCVII • Nº 21

Poder Executivo

Recife, 31 de janeiro de 2022

SECRETARIA DE SAÚDE DIRETORIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS-DGAJ EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº137/2018 - CONTRATADA:CENTRO MÉDICO SANTA PAULA LTDA.CNPJ/MF:06.461.424/0001-70.OBJETO:Prestação de SERVIÇOS DE SAÚDE, PESSOAS JURÍDICAS, NO ÂMBITO DO ESTADO DE PERNAMBUCO QUE POSSUAM AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXAMES DE IMAGENS DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, RESSONÂNCIA NUCLEAR MAGNÉTICA E DENSITOMETRIA ÓSSEA, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DE TODO O ESTADO DE FORMA COMPLEMENTAR AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS.VALOR:R\$695.820,84.VIGÊNCIA:12 meses, a contar de data de sua assinatura.Data de Assinatura:02/09/2018

CONTRATO Nº138/2018 - CONTRATADA:UNI HOSPITALAR LTDA.CNPJ/MF:07.484.373/0001-24.OBJETO:FORNECIMENTO DO MEDICAMENTO LARREOTIDA 120 MG, FORMA CONCENTRADA DOSAGEM 120 MG, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL,FORMA DE APRESENTAÇÃO SERINGA PREENCHIDA,VA DE ADMINISTRAÇÃO SUBCUTÂNEA.VALOR:R\$241.436,28.VIGÊNCIA:12 meses, a partir de data de sua assinatura.Data de Assinatura:23/12/2018

CONTRATO Nº003/2020 - CONTRATADA: CUPER - CENTRO UROLÓGICO PERNAMBUCO LTDA. EPP.CNPJ/MF:01.443.009/0001-30.OBJETO:Prestação de Serviços especializados em Neurologia/Urologia para a realização de LITOTRIPSIA EXTRACORPÓREA POR ONDA DE CHOQUE (LEOC). VALOR:R\$4.090.528,00.VIGÊNCIA:12 meses, de data de sua assinatura.Data de Assinatura:05/01/2020

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 090/2018 EMPRESA:LOCAMIL SERVIÇOS DE TI E CONSULTORIA LTDA.CNPJ/MF:02.743.288/0001-10.OBJETO:Promoção de prazo de vigência do Contrato.VIGÊNCIA:28/12/2018 e 27/12/2020.Data de Assinatura:27/12/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº018/2019 PRIMEIRA PARTÍCIPE: SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO INTERVENIENTE:BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - FILIAL EBSEBEM - HUCIPE, JUNTAMENTE COM O HOSPITAL DAS CLÍNICAS, OBJETO:Inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde ambulatoriais e hospitalares, de média e alta complexidade, visando à garantia de atenção integral à saúde aos usuários de SUS.VIGÊNCIA:60 meses.DATA DE ASSINATURA:19/12/2019

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 020/2017 - CONCEDENTE:SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE CONTRATADO:HOSPITAL DO CÂNCER TRICENTENÁRIO.OBJETO:Promoção de urgência contratual substituição do representante do contratante,informar inscrição e endereço do CNPJ do contratado.DATA DA CELEBRAÇÃO:30/09/2019

EXTRATOS DE TERMO DE FOMENTOS

TERMO DE FOMENTO Nº 012/2019 - CONCEDENTE SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO.CONVENIENTE:SOCIEDADE PERNAMBUCANA DE COMBATE AO CÂNCER -SPCC (HOSPITAL DO CÂNCER DE PERNAMBUCO).CNPJ/MF:10.884.989/0001-33.OBJETO:recursos financeiros, destinados à execução de Projeto - Informatização 2018.VALOR:R\$60.000,00.VIGÊNCIA:12 meses.Data de Assinatura:20/12/2019

TERMO DE FOMENTO Nº 013/2019 CONCEDENTE:SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO.CONVENIENTE:SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE.CNPJ/MF:10.956.780/0001-53.OBJETO:Projeto de Aquisição de Medicamentos para o Hospital Santo Amaro da Santa Casa de Misericórdia.VALOR:R\$8.998,00.VIGÊNCIA:12 meses, contados a partir de assinatura.Data de Assinatura:25/12/2019

TERMO DE FOMENTO Nº 014/2019 CONCEDENTE:SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO.CONVENIENTE:ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO APAMI VITÓRIA.CNPJ/MF:11.683.174/0001-12.OBJETO:Projeto de Aquisição de Equipamentos Bloco Cirúrgico.VALOR: R\$ 100.000,00.VIGÊNCIA:06 meses.Data de Assinatura:18/12/2019

TERMO DE FOMENTO Nº 015/2019 CONCEDENTE:SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO.CONVENIENTE:INSTITUTO SOS CRIANÇA - ISMC.CNPJ/MF:08.187.800/0001-75.OBJETO: aquisição de equipamentos que serão utilizados nos atendimentos cirúrgicos de emergência de Instituição de Saúde de Pernambuco.VALOR:R\$81.547,10.VIGÊNCIA:06 meses.Data de Assinatura:26/12/2019

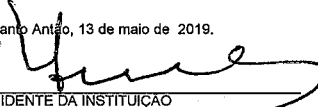
PLANO DE TRABALHO




Dados Cadastrais											
1. DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE											
1.1 Órgão / Entidades: Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Vitória de Santo Antão				1.2 CNPJ: 11.683.174/0001-12							
1.3 Endereço Rua Dr. José Augusto, nº 645, Bairro Matriz											
1.4 Cidade Vitória de Santo Antão		1.5 UF PE	1.6 CEP 55.612-510		1.7 Esfera Administrativa						
1.8 Fone: (81) 3523-8200		1.9 E-mail: apami@globo.com	1.10 Responsável e cargo: Sheyla Betânia Veras de Souza / Procuradora			1.11 Nº Emenda : 130/2018					
Elaboração do Projeto											
2. DISCRIMINAÇÃO DO PROJETO											
2.1 Título do Projeto: Aquisição de equipamentos bloco cirúrgico / CME				2.2 Período de Vigência: 6 meses		Previsão					
				Início: Após assinatura do termo	Término: 6 meses após o início						
2.3 Objeto do Projeto: <i>Aquisição de Equipamentos para bloco cirúrgico</i>											
2.4 Justificativa da Proposição: <i>As instituições hospitalares conveniadas com o SUS passam por uma imensa crise de financiamento e gestão, não dispoem de recursos para sua manutenção e principalmente para equipar a unidade hospitalar. O cenário econômico em que se insere o setor da saúde no Brasil é de extrema dificuldade. Os recursos financeiros são exíguos e a infraestrutura operacional e tecnológica dos hospitais está fragilizada, a baixa remuneração pelos serviços prestados através do SUS e o aumento da demanda que é provocado pela migração dos usuários da rede privada e de planos de saúde sobrecarregam os hospitais públicos e filantrópicos. A Apami vitória de santo antão tem sofrido as mesmas dificuldades que a ampla maioria da rede hospitalar brasileira, ou seja, não dispõe de recursos para adquirir equipamentos para reposição dos atuais que se encontram sucateados. Com a aplicação dos recursos ora solicitados, teremos uma melhoria significativa incrementando assim no nosso parque tecnológico, permitindo que materiais, instrumentais e outros estejam em condições de utilização para realização dos procedimentos médico-hospitalares, de apoio ao diagnóstico, proporcionando a qualidade destes, junto a população usuária dos serviços. Com aquisição de um novo autoclave, teremos ainda mais eficiência nos resultados dos materiais a serem esterelizados, garantido proteção ao usuário final quando da utilização dos instrumentais e materiais médico-hospitalares nos procedimentos a serem realizados, permitindo dessa forma que não haja contaminação dos produtos utilizados e assim um baixo índice de infecção ambulatorial e hospitalar.</i>											
2.5 Metas a serem atingidas: <i>Aumentar em 50% a produtividade de esterilização dos kits e materiais hospitalares processados; Reduzir o tempo gasto nas esterilizações dos materiais; Amenizar o tempo de espera dos artigos processados; Alcançar 500 pacientes/mes, assistindo de forma segura, quando nos referimos a qualidade dos materiais processados.</i>											
2.6 Parâmetros para aferição das metas: <i>Projetando agilizar os serviços iremos monitorar os 500 pacientes/mês com um formulário de qualidade buscando com isso aprimorar futuros chamados; Redução do índice de infecção hospitalar referente aos procedimentos cirúrgicos.</i>											
2.7 Forma de execução das atividades/projeto e de cumprimento das metas: <i>CME - Central de Materiais e esterilização: 1- Recebimento de materiais provenientes da desinfecção química e proveniente da lavagem; 2- Inspeção dos materiais recebidos; 3- Montagem das caixas e kit's cirúrgicos colocando os indicadores químicos para monitoramento do processo de esterilização; 4- Identificação dos materiais e kit's cirúrgicos; 5- Realização do teste biológico para liberação de funcionamento do autoclave; 6- Montagem da carga no autoclave; 7- Seleção do ciclo de esterilização; 8- Acompanhamento dos parâmetros do autoclave; 9- Retirada da carga estéril do autoclave; 10- Verificação e comprovação quanto a alteração da cor nos indicadores químicos e biológicos; 11- Incubação do indicador biológico; 12- Leitura e registro dos indicadores biológicos; 13- Distribuição e armazenamento em arsenal dos materiais e kit's cirúrgicos, assim como as roupas cirúrgicas.</i>											
Observação:											
Cronograma											
3. EXECUÇÃO											
Meta	Etapa	Especificação*	Indicador Físico		Financeiro	Financeiro	Duração				
	Fase		Unidade	Qtde	Custo unitário	Custo Total	Início	Término			
1		1 Autoclave horizontal 400 lts c/02 Portas com Barreira osmese	1	1	100.000,00	100.000,00					
4.0 DESEMBOLSO											
4.1 Valores do Concedente											
Jan		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho	
										100.000,00	
Jul		Ago		Sete		Out		Nov		Dez	
4.2 Valores do Proponente											
Jan		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho	
Jul		Ago		Sete		Out		Nov		Dez	

6.0 Classificação Da Despesa				
5.1 Código da Despesa:	5.2 Especificação	5.3 Concedente	5.4 Proponente	5.5 Total
4.4.50	Aquisição de equipamentos e materias permanentes	100.000,00		100.000,00
	Total Geral	100.000,00		100.000,00
6.0 Plano De Aplicação Dos Recursos				
Os recursos serão depositados e geridos em conta especifica (agência 0233-x, conta corrente número 63.900-1) isenta de tarifa bancária, aberta em instituição financeira pública determinada pela administração. § 1º Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.				

Vitória de Santo Antão, 13 de maio de 2019.


PRESIDENTE DA INSTITUIÇÃO


SECRETARIA DE SAÚDE DE PERNAMBUCO

André Longo
Secretário Estadual de Saúde
SES/PE